

A EPOPEIA CAMPONESA NOS ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE BRASIL E PERU

Editha Lisbet Julca Gonza¹

Introdução

Este trabalho busca refletir sobre os estudos comparativos, e especificamente entre Brasil e Peru, nos acontecimentos, trajetórias e dinâmicas sociais camponesas, e focar na recuperação das estratégias de lutas e de componente simbólico na dialética da diferença no cenário social e político de ambos países.

A proposta de trazer os estudos comparativos é porque abre a possibilidade de diálogo com outras concepções teóricas e metodológicas entre as áreas das ciências humanas. Atualmente na área da geografia me questiono sobre a forma de estudos comparados e o debate dentro desta área da ciência, e que no decorrer da graduação em ciência política e sociologia pude observar que esses tipos de estudos são mais frequentes e buscam enfatizar alguns aspectos de problemas que envolvem diversas situações das sociedades.

Este trabalho, então, é um início desse decorrer acerca do viés comparativo destas duas sociedades, e que vai manifestar nesse sentido poucas reflexões de singularidade, mas que acima de tudo, os trabalhos que teve proximidade sobre essa metodologia serviram para este exercício sobre as sociedades camponesas que confrontam e resistem as dinâmicas pelo latifúndio e a intensificação do capitalismo nas áreas territoriais e nas formas de organização delas.

Olharmos as sociedades camponesas no Brasil e no Peru, configura um decorrer de formulações próximas de trajetórias que ligam a esta abordagem. Como refere Mariza Peirano (1998), nossa trajetória na configuração do objeto de estudo não está separada de nossos questionamentos, mas que faz parte desse processo de aprender com o mundo. Pensarmos nos estudos comparativos, tem a ver com conhecimentos teóricos e, especialmente, as questões de vivência e de observação de experiências específicas de sociedades camponesas.

Neste sentido, a necessidade de colocar a questão de sociedades camponesas e os estudos comparativos entre Brasil e Peru, é porque me permitiria uma aproximação inicial a respeito de pressupostos epistemológicos para “capturar, manipular a realidade”. Isto em Pedro Demo (1985, p. 20), serve para condicionar a uma determinada metodologia e começar a “tratar a ideia que fazemos da realidade” no âmbito de fazer ciência.

De maneira que neste trabalho trazemos algumas reflexões sobre os estudos comparativos, e em seguida algumas aproximações quanto as sociedades camponesas. Posteriormente como parte final do trabalho vamos realizar reflexões gerais da sociedade camponesa no Brasil e no Peru desde a escolha de estudo comparativo entre ambos países em que várias formas de resistência são protagonizadas pelos camponeses.

A abordagem dos estudos comparativos

Na perspectiva de Demo (2014), a metodologia é como “chegar lá”, e a construção de caminhos mediante técnicas. A metodologia pressupõe uma concepção da realidade que se forma. Desse modo, olhar às sociedades camponesas, pressupõe olhar elementos que sobrevivem as fases históricas que influenciam na construção dos espaços e dos territórios, nos modos de vida nesses espaços, e como neles ressurgem novos modos de agir. Ou seja, o conflito social é um elemento importante da realidade que desvela o dinamismo histórico dialético entre

¹ Doutoranda em geografia na Universidade Estadual Paulista - Unesp, Presidente Prudente. Graduada em Ciência Política e Sociologia na Universidade Federal de Integração Latino-americana – Unila. eljg90@gmail.com

os que atuam em favor da manutenção da ordem social e aqueles que desestabilizam a ordem, entre aqueles que detêm os “meios de produção” e aqueles que lutam por justiça social.

Como toda metodologia, precisa de um método, ou seja, precisa do “modo de fazer o tratamento teórico e prático, (...) na ótica das instrumentalidades e das formas de abordagem ou de ataque aos problemas” (DEMO, 1987, p. 14). O método comparado, é “para ver em que se aproximam e o que se diferem” os casos analisados, e “supõe manipulações de dados de cada caso, empíricos, documentais, factuais, históricos” (DEMO, 2011, p. 132).

Nesse sentido, “a análise comparativa encontra-se estreitamente relacionada a própria constituição da sociologia enquanto campo específico do conhecimento” (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 50), e “claramente usados nas obras de Tocqueville, Marx, Durkheim e Weber” (p. 15), consistem em um processo de análise baseado numa lógica, isto é:

“El método comparativo tiene ciertas características básicas: primero, es un método fundado en la lógica y no en las estadísticas. En el análisis estadístico el investigador/ra social se suele concentrar en la relación entre variables, no [solamente] en las similitudes y diferencias entre los casos asociados. Segundo, la lógica en que está basado es inductivista, por lo que no se caracteriza por la aplicación de una metodología única. El método comparativo explota todas las técnicas de investigación social existentes que le permiten cumplir los objetivos de las Ciencias Sociales comparativas: la explicación y la interpretación de fenómenos (...)” (CAIS, 2002, p. 24-25)

Isto quer dizer que as condições associadas a um caso em particular são buscadas em casos paralelos. Para fazer isso se faz uso das variáveis que possam ser estrategicamente específicas para serem observadas, as que serão atribuídas características determinadas para fazer uma análise apropriada. Assim realizar estudos com o método comparativo, não é um fato menor, porque seria a “bisagra metodológica”, fundamentalmente pela dimensão social do problema.

“It should be kept in mind that concepts have different contents inside each discipline, so that when a concept is “imported” from one disciplinary field to another, or else to a different paradigm, it will be necessary to observe and filter what it is that can be incorporated to the proposal of interpretation that will be used to face a research problem”. (LLANOS-HERNANDEZ, 2010, p. 220)

Nas interpretações de Llanos-Hernández, a consequência de que os conceitos têm conteúdo diferente em cada disciplina. E por isso, que quando é importado em outras áreas do conhecimento, o método comparativo (estritamente relacionada à sociologia), “é necessário incorporar-se na proposta de análise para enfrentar o problema colocado”. Porém é nas investigações voltadas ao social que o método é interdisciplinar.

Sendo assim, na geografia por exemplo, “não resta dúvidas que não se pode estudar o todo pelo todo. Mas seria errôneo privilegiar uma variável” (SANTOS, 2014, p. 77). Logo em seguida, Santos, se refere ao que é necessário, descobrir as categorias apropriadas, até porque com elas poderemos “apreender a marca da sociedade sobre a natureza e as relações existentes antes, durante e depois dessa metamorfose”.

O método comparativo na compreensão simultânea do movimento da totalidade social e nos espaços de estudo, serve para achar diferenciações de conteúdo e dos objetos físicos, e tudo o que implique a realidade relacional (BAGÚ, 1970, p. 81). Por isto, cabe destacar que através do estudo comparativo entre similaridades e diferenças se buscaria contribuir na “inter-relação por meio de atributos estruturais e funcionais” salientando as instâncias de práticas sociais que constroem o espaço, e que acima de tudo é a materialidade da luta pela justiça social.

Assim também, a utilização do método comparado orientado pelo método dialético, segundo Moreira (2007), pode permitir encontrar as possibilidades de procedimentos atrelados na diferença e semelhança é uma contradição que tenta se aproximar à unidade dialética dos fenômenos sociais. Isto quer dizer, o modo em que se constrói uma representação da diferença e da semelhança, permite ordenar, separar e agrupar fenômenos dos lugares, porque estes se relacionam com o movimento de interação externa agarrado ao capital e se juntam cada um deles nos movimentos internos singulares.

Segundo Iokoi (1996), o sentido e a relevância de estudos comparativos, é porque deve-se sobretudo a preocupação de acompanhar várias formas de resistência camponesa e o processo de formulação de cenários social e político. É por isto que aproximamos à proposta de pesquisa das sociedades camponesas, elas já remarcam a diferença de cada território pela própria conflitualidade tecida no avanço do latifúndio e do capital e seus desdobramentos na luta de classes, as instituições, e o Estado.

Portanto, vejamos uma releitura e algumas considerações das sociedades camponesas na América Latina, e especificamente para aproximar-nos do Brasil e do Peru. Sendo que no viés epistemológico as considerações de camponeses semi-proletarizados ou proletarizados aparecem frequentemente, de condição flexível quando ao “desenvolvimento capitalista” e de implicações na condição de vida no campo e na cidade.

A condição essencial das sociedades camponesas

Achamos pertinente destacar que o interesse pelas sociedades camponesas faz parte de uma “olhada nas numerosas monografias que tem dado grandes contribuições analíticas e alguns redescobrimientos” (SHANIN, 1979). Em vista disso, o conceito de campesinato é controverso como conceito diverso e sem generalizações, mas que é defendido de acordo a razões empíricas e conceituais.

As sociedades camponesas na América Latina, tem diferenças importantes enquanto as experiência histórica pré-colombiana e de colonização europeia, e ao mesmo tempo advertem similaridades na sua sobrevivência. Assim, possivelmente a preponderância de Mariátegui (1928, p. 43), nas análises sobre o “problema da terra”, em que considera que o fator incontestável e concreto como problema peculiar é “a supervivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e na vida indígena”.

Os conflitos ao redor do uso e posse da terra que contornam os conflitos entre latifúndio e campesinato, e com isso a lógica da funcionalidade do estado satisfaz o sistema feudal e capitalista da terra. Até porque o aparelhamento do Estado com a inserção de políticas para a modernização do campo e evitar a insurgência, tem formulado políticas de reforma agrária como formas de contrarrevolução (IANNI, 1990; FERNANDES, 1975).

Os conflitos pela reforma agrária trazidos textos de Kay (2003, p. 221), numa perspectiva mais abrangente de realidade latino-americana no exercício de políticas de reforma agrária explicam causas múltiplas, mas é porque “não tem se feito verdadeiros esforços para resolver o problema da terra”. Sendo assim, o papel do Estado, é central nos conflitos no campo, e por isso o autor abre caminhos a responsabilidade de examinar as lições das experiências latino-americanas para o desenho de políticas.

A partir disso, compreendemos o estudo sobre as sociedades camponesas conferem uma análise da luta de classe, modernização e tecnificação do campo, contexto de luta global, exploração do trabalho e uma série de formação sociopolítica e econômica, que conformam a condição do campo numa continuada estrutura capitalista e também de confronto de “abaixo para acima”, ou “alternativas societárias feitas à mão” (BARTRA, 2013, p. 167).

Os estudos propostos pelo pensamento decolonial, como uma tendência perpendicular do exercício do poder e vinculada com o exercício de “relações intersubjetivas” tem sido formulada “especialmente na perspectiva do conhecimento”. Em que o fazer conhecimento

sustentado na “colonialidade do saber” é confrontado com a “desobediência epistêmica” na necessidade de “fazer conhecimento” a partir das necessidades locais não projetadas, e com o compromisso político de “bem-estar” dessas localidades específica que se enraíza no compromisso político de quem qualifica essas “necessidades” e desde onde (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2009).

“[...] el reclamo de que el hacer-conocimiento para bien estar más que para controlar y administrar poblaciones por interés imperial, vendrán de experiencias y necesidades locales, y no de experiencias y necesidades locales imperiales proyectadas a todo el globo, invoca también a la corpopolítica del conocimiento. ¿Por qué? Porque no sólo las regiones y los pueblos, en donde no se hablaban ancestralmente lenguas imperiales y que eran ajenas a la historia griega y latina fueron descalificadas, y la descalificación se llenó con producto-conocimiento y hacer-conocimiento en cuerpos e instituciones, donde la garantía conceptual del griego y latín legitimaba la creencia de su residencia institucional en lo universal, y en los cuerpos de varones blancos y cristianos también.” (MIGNOLO, 2009, p. 38).

A atenção a este posicionamento se apoia na experiência e a necessidade para explicar as posturas locais comparativas, e em termos de existência de similaridades e diferenças sem generalizações e nos ajuda a compreender os processos históricos. Pois, pensarmos em sociedades camponesas, já deriva a pensarmos em existência como um tipo específico, que tem alcance estrutural. As suas diferenças vão mostrar em grande medida suas histórias diversas, e geralmente integrados nas relações de mercado e adesão da economia que transforma gradualmente seu entorno de produção e divisão do trabalho, com isso a implicância de desaparecer características peculiares (SHANIN, 1979).

O tratamento das sociedades camponesas latino-americanas como tipos qualitativamente distintos de organização social, o fato de tentar concentrar as pesquisas nos riscos específicos das características sociais abre a necessidade de diferenciação institucional das “típicas sociedades camponesas”. Constituído, novos caminhos de interpretação da realidade em função de explicar cursos de ação das sociedades camponesas “porque existe uma caudalosa sabedoria popular que traduzir” (BAGÚ, 1970, p. 197).

O impulso pela construção empírica do conhecimento teórico é um componente fundamental do pensamento decolonial, e também táticas de epistemologia imperial para afirmar-se a si mesma, e portanto, a criação de saberes decoloniais respondem as necessidades do mundo em “vias de desenvolvimento (MIGNOLO, 2009, p. 33). E com isso, as mudanças no olhar nas formas de sociedades camponesas de homens e mulheres em determinados modos de vida que sobrevivem e resistem às condições de estabelecimento do capitalismo no rural, e novamente nas próprias características das metodologias sobre a lógica neutral e abrangente de proletarianização dos camponeses (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Assim, a perspectiva de classe trabalhadora destaca uma prática de reconfiguração das metodologias de estudo a respeito dos fenômenos e dos sujeitos que lutam pela terra em seu sentido material e imaterial. O que conforma o interesse comum e as convergências disciplinares em que implicam repensar com as próprias práticas para a compreensão da realidade, emerge a questão do método utilizado de acordo com o interesse acerca do fenômeno e dos sujeitos das sociedades camponesas.

Seguimos defrontando uma metodologia com olhar sociológico do século XIX a respeito da relação entre o sujeito (indivíduo) e a sociedade global, estudos da antropologia no sentido de codificar e decifrar expressões culturais dessas comunidades, e na geografia humana com o olhar as sociedades humanas como esforço posterior do entendimento dos fatores geofísicos (BAGÚ, 1970).

A descrição geral de construção do objeto de pesquisa disciplinar emerge o método comparativo que é utilizado com frequência nos estudos sociais pois, resulta de reflexões, escolhas individuais e objetivas no campo da ciência. A análise da vida social a partir do quadro teórico metodológico é que guia o pesquisador nas investigações de cenários sociais e concreto. Onde os estudos comparativos, a nosso ver, nos remete a uma dupla reflexividade de construção do problema e a intencionalidade de comparação. Isto é, a eleição do percorrer metodológico se relaciona com o concreto de estabelecer um diálogo com as definições de “sociedade camponesas” e o método científico que permite construir sua meta ou caminhos (SPOSITO, 2004).

Considerações finais: Dimensão comum das sociedades camponesas no Brasil e Peru

As exposições acerca do contexto histórico entre Brasil e Peru, e o papel da intelectualidade marcariam grandes diferenças entre ambos países. Ambos colonizados por coroas europeias, já demarcaria semelhanças de processos e diferenças enquanto a modelos de exploração. No Brasil, colonizado pelos portugueses, coubera o modelo de exploração latifundiária e de produção agrícola, e que depois o destacaria como o maior produtor de café no mundo. Já no Peru, colonizado pelos espanhóis, a produção agrícola e mesmo minérios como produtos de exportação gozariam de privilegio no mercado internacional (KAYSEL, 2010).

Além disso, o mesmo autor, que procura trazer um contexto de comparação entre essas duas sociedades para interpretar os tempo em que viveram Caio Prado Jr. e Mariátegui no Peru², faz destaque, o regime federativo de Brasil e o centralismo do Peru, já sugerem uma maior dispersão e também de equilíbrio do poder político, e a inegável proporção territorial entre ambos países já destacam diferenças. Outra questão aparente na análise seria o caráter de estratificação social enquanto a abolição da escravidão e a integração dos ex-cravos na sociedade brasileira, e no Peru, as linhas étnicas como nem mais demarcadas e que difere com a porção homogênea étnica outorgada no senso comum.

Daí que é necessário destacar o passado entre ambos países, já que no território atual brasileiro não existia uma grande civilização anterior ao processo de colonização, e no Peru, existia uma herança cultural, e que contudo, ajudam a entender o caráter genéricos entre ambos contextos sociais entre Brasil e Peru. Se pensarmos, então em sociedades camponesas, se faz necessário destacar as situações de ditaduras de ambos países. No Brasil, o regime militar, com duração de pouco mais de duas décadas teria sido capaz de bloquear os processos de reforma agrária e modernizar o latifúndio, e em Peru, quase no início da década dos setenta, apresentaria uma situação inversa, em que o governo militar de Velasco pretendia liquidar o latifúndio.

Por outro lado, a historiadora Iokoi (1996), que têm realizado pesquisa comparativa entre o Brasil e Peru, sobre as relações entre a igreja e os camponeses desses países, e ressalta “o universo simbólico e cultural do camponês (...) que é carregada de tradições ancestrais e do tempo longo de valores de vida, da terra, da religiosidade que não desaparece do mesmo modo que a subsunção ao capital”. A esse olhar a luta pela terra se insere nas práticas sociais cotidianas, nas relações com o Estado e com o movimento do capital.

Numa análise mais próxima das lutas camponesas no Brasil e o Peru, constitui uma relação enquanto o papel desempenhado pelas comunidades camponesas e seu entendimento como caminho e prática como “vontade divina”. No entanto, queremos destacar essa perspectiva como o protagonismo das sociedades agrárias e camponesas em suas formas de produção e de organização do espaço social, e seu desempenho de atuação ativa da igreja, e leva-nos a reflexão do caminho percorrido de lutas e conflitos de contextos próprios de

² Propõe no seu trabalho realizar a comparação entre ambos intelectuais a partir da suas considerações destacadas da tradição de “marxista”, um modo de afirmar ou reafirmar descontinuidades entre ambos. (KAYSEL, 2010, p. 26)

sociedade brasileira e peruana, e também a proposições de elementos geopolíticos de desigualdade, violência e opressões remetidos como processos de aniquilação desses modos próprios das sociedades camponesas.

O trabalho comparativo da autora traz uma série de episódios acerca do exercício estatal promulgadas acerca da reforma agrária e conseqüentemente a uma série de ações que buscavam intensificar o processo de individualização das comunidades, especialmente no caso do peruano. Assim como no Brasil, um processo de desqualificação política do campo no seu sentido mítico e religioso, e com isso a afirmação da naturalidade da violência. Assim, aqueles que lutavam por um pedaço de chão poderiam ser tratados “como animais selvagens”, servindo em última instância de justificativa para essa ação (IOKOI, 1996, p. 70-71).

Já no Brasil,

[...]em seu tempo cíclico, tempo da comunidade, tempo da religião, o mundo assalariado, com a determinação do tempo linear, da lógica da fábrica. Esse dilema obrigou a coordenação do movimento dos trabalhadores sem-terra a enfrentar um diálogo, muitas vezes tenso e incompreensível, com os sindicatos de trabalhadores rurais e reinventar formas organizativas. (IOKOI, 1996, p.90)

No cenário peruano, as singularidades de condições históricas determinadas por vontades políticas como no caso peruano em 1969, com a promulgação da lei agrária (N. 17.716), e como momento especial e de destaque “da cultura andina”. E posteriormente a conformação de rondas camponesas como formas de oposição ao Estado peruano e uma forma de desenvolvimento comunal, uma forma central de ação camponesa e nesse processo de apoio de autodefesa, eleições de dirigentes (lógica rotativa) e formas propositivas de novo tipo de poder.

Este levantamento de trabalhos comparativos, ainda inconclusa, é oportuna porque recupera aspectos teórico-metodológicos. Porque como manifestado neste texto se procurou manifestar a necessidade de enfatizar estudos de comparação para interpretação da realidade histórico-social comum entre as sociedades em questão. A modo de superação a lógica única de destacar semelhanças e diferenças, mas a de revisitar essências de lutas das sociedades camponesas para compreender as realidades Brasil e Peru não de modo isoladas.

Deixam a necessidade de revisitar de situações concretas, e que os autores citados buscam e querem dialogar entorno da questão camponesa e agrária. A coincidência destacada desde a revisitação intelectual, e do papel da Igreja no campo da luta e resistência camponesa ocorre em autores de trajetória disciplinar diversa, e com a intencionalidade de combinar a visão dialética.

Notadamente, neste trabalho, ainda inconcluso as reflexões acerca no método comparativo, é bastante marcado neste contexto de início de decorrer na área da geografia. Sendo que as menções dos geógrafos citados, seguem sendo complexas enquanto as menções de comparação, mas que, importa frisar é que as apreciações acerca da comparação e apreciação das semelhanças provavelmente reforça os interesses que se interessa promover na característica histórica em relação a questão agrária, e porque não também na preocupação de acompanhar as lutas, as resistências e as problemáticas comum históricas de uma parte da classe trabalhadora e necessária no processo de transformação social.

Referencias

BAGÚ, Sergio. **Tiempo, realidad social y conocimiento**. Siglo Veintiuno editores sa. Buenos Aires, 1970.

BARTRA, Armando. **Os Novos Camponeses**. Traduzido por Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2013, p. 159-213.

CAÍS, J. Metodología del análisis comparativo. In: **21 Cuadernos metodológicos**. Segunda edición. Madrid, 2002. p. 11-38

CRUZ, A. K. V. Dois encontros entre o marxismo e a América Latina. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2010.

DEMO, P. **Sociologia, uma introdução crítica**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Atlas AS, 1987.

DEMO, Pedro. **Saber pensar**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2011, p.11-47.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais).

IANNI, O. “A nação das classes dominantes”. In: **Classes e movimentos sociais na América Latina**. LARANJEIRA, S. (org). São Paulo: Editora Hucitec, 1990, p. 33-42.

IOKOI, Z. M. G. **Igreja e Camponeses Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986**. Editora Hucitec. São Paulo. 1996

KAY, Cristóbal. Estructura agraria y violencia rural en América Latina. In; **Revista Sociologías**, vol. 5, núm. 10. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003, p. 220-248.

LLANOS-HERNÁNDEZ, L. The concept of territory and research in social sciences. Texcoco, Estado de México. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, 2010. v 7, nº 3. p. 207-220.

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Fundación Biblioteca Ayacucho. 1ª Ed. Lima, 1928.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia Epistémica (II), Pensamiento Independiente y Libertad De-Colonial. **Revista de estudios Críticos, Otros Logros, Centro de Estudios y Actualización en Pensamiento Político**. Tradução: Iván Jacobo Herrera (Cideci - Unitierra Chiapas) Decolonialidad e Interculturalidad. Universidad Nacional del Comahue, 2009.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PEIRANO, Mariza. “When Anthropology is at Home: The Different Contexts of a Single Discipline”. **Annual. Rev. Anthropology**. Nº 27. 1998. p.105-128.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. En libro: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Edgardo Lander (comp.) CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Julio de 2000.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, 1998. p. 49-87

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. Trad. De Eduardo Suaréz. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1979.p, 7-18.

SPÓSITO, E. Geografia e filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.
São Paulo : Editora UNESP, 2004.